

Política de comércio exterior do Primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945): instituições, políticas e acordos comerciais

Andréa Freire de Lucena (FACE/UFG)

O governo brasileiro, durante o século XIX, não tinha uma participação tão forte e contundente no comércio exterior. O uso de imposto de importação era muito mais para arrecadar receita do que para dar proteção a segmentos econômicos específicos. O início do século XX no Brasil, todavia, foi marcado por uma característica especial: o governo brasileiro decidiu intervir mais diretamente na área de comércio exterior. Os diversos ciclos exportadores que o país tinha passado até aquele momento não tinham levado os governos anteriores a terem uma participação ativa e explícita na diminuição dos impactos que as oscilações dos preços internacionais dos produtos causavam na economia doméstica. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais dependiam fortemente das exportações de café e pressionavam seus governos estaduais que, por sua vez, cobravam ações do governo nacional. A adoção de preços mínimos e de controle da produção, por meio do Convênio de Taubaté, foi o resultado concreto da intervenção do governo no mercado (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

O Estado brasileiro, até 1930, manteve uma participação pontual e fortuita nos acontecimentos econômicos. Segundo Baer, Kerstenetzky e Villela (1973), a economia brasileira, apesar das concessões governamentais de empréstimos e de tarifas alfandegárias, vivia em um estado quase de *laissez faire*. A depressão de 1930, contudo, trouxe novos desafios para o governo. Assiste-se uma expansão no papel do Estado na economia brasileira. O governo trouxe para si a responsabilidade de evitar os impactos negativos da crise econômica mundial. Administração da produção do café, adoção do controle cambial, proteção da indústria nascente foram exemplos de maior intervenção do Estado na economia brasileira.

O comércio exterior foi o setor mais prejudicado na época, já que a depressão de 1930 causou a redução dos fluxos comerciais e financeiros mundiais. Na verdade, a crise internacional afetou o balanço de pagamentos brasileiro devido à queda abrupta dos preços de exportação. As reservas internacionais brasileiras, por exemplo, eram 31 milhões de libras em setembro de 1929, 14 milhões em agosto de 1930 e tinham desaparecido em 1931. Além do mais, os preços de importação em mil-réis aumentaram 6% e os preços de exportação caíram aproximadamente 25%. Vale destacar que o mil-réis desvalorizou-se 55% entre 1930 e 1931 (ABREU, 1990a). O governo, diante dessa situação, teve que priorizar a sua política de comércio exterior. Neste contexto, ele definiu duas metas: incentivar as vendas externas de matérias-primas e diversificar a pauta exportadora, especialmente reduzindo a dependência do café (HILTON, 1977).

O conceito de política de comércio exterior deve levar em consideração, em primeiro lugar, que há uma inter-relação entre política de comércio exterior e outras políticas públicas, como política industrial, política agrícola e política cambial. Em segundo lugar, as decisões domésticas dos países são interdependentes das ações de outros países e, por isso, acordos bilaterais ou multilaterais são necessários. Por fim, a presença de instituições que criam e executam tal política torna-se relevante. Política de comércio exterior, assim, pode ser definida como uma política pública doméstica que busca criar condições internas e externas para que um país consiga ser soberano nas suas relações econômicas internacionais.

O objetivo desse artigo é analisar a política de comércio exterior do Primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), procurando investigar alguns fatores que

foram fundamentais e que, portanto, podem explicar o comportamento da balança comercial em vários momentos. O artigo procurou destacar três aspectos analíticos: criação e/ou reforma institucional na área de comércio exterior, presença de políticas públicas específicas e a existência de acordos comerciais.